

Governo reforça confiança na administração do HDES

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, defendeu ser necessário “trabalhar em diálogo” para transformar os “desentendimentos de circunstância” entre a administração e os trabalhadores do Hospital de Ponta Delgada num “entendimento estrutural”.

“Reconheço os desentendimentos de circunstância, não vale a pena iludir porque eles estão manifestos, mas vamos trabalhar em diálogo e em concertação para transformar desentendimentos de circunstância numa base de trabalho para um entendimento estrutural”, afirmou Bolieiro aos jornalistas.

O líder do executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM) falava na sede da Presidência do Governo, em Pon-

ta Delgada, depois de uma reunião com a Presidente do Conselho de Administração do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDES), Cristina Fraga.

Bolieiro disse que a “transparência” na gestão daquela unidade de saúde é uma “exigência” do Governo Regional e reforçou a confiança na administração hospitalar.

“Todos os procedimentos de contratação, sejam ou não familiares, sejam ou não empresariais, têm que ser feitos no quadro da legalidade e da transparência para obter eficiência e capacidade de resposta”, venceu.

A 14 julho, a delegação dos Açores do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) manifestou-se “mui-

to preocupada” com o clima “de mal-estar” no Hospital de Ponta Delgada, devido à “falta de diálogo institucional do conselho de administração” com os clínicos.

Ontem, antes da intervenção de Bolieiro, Cristina Fraga disse desconhecer essas críticas, mas destacou que a administração está “sempre disponível para dialogar” com o sindicato.

Sobre o abaixo-assinado promovido pelos médicos da unidade e onde é criticada a gestão do hospital, Cristina Fraga disse que o documento está a ser analisado pela administração do HDES.

“Em relação ao documento com um conjunto de autógrafos que chegou ao conselho de administração,

está em análise, mas posso garantir que o nosso conselho de administração está empenhado, firmemente empenhado na missão de diminuir as listas de espera”, assinalou.

A 13 de julho, a RTP/Açores revelou que os médicos promoveram um abaixo-assinado a exigir a convocação da comissão médica do hospital de Ponta Delgada, criticando a gestão de Cristina Fraga.

Questionada sobre as nomeações familiares no HDES, Cristina Fraga disse que o “assunto já foi remetido e esclarecido”, referindo-se a um comunicado de imprensa enviado na quarta-feira.

“Estou de consciência tranquila e é transparente o comunicado. Não é este momento e o local”, afirmou.

HDES responde ao Bloco de Esquerda

Relativamente às declarações divulgadas ontem pelo líder da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda, o Conselho de Administração do HDES veio ontem esclarecer, numa nota enviada aos jornais, que os pormenores sobre o ataque informático “obviamente que não podem ser divulgados enquanto estiverem em investigação, revelando mesmo alguma irresponsabilidade por parte do referido partido”.

Sobre outras críticas feitas pelo BE e publicadas ontem na nossa edição, o HDES esclarece nos seguintes termos:

“1. O Dr. Mário Freitas, insigne médico de gabarito nacional, prestou serviços neste hospital, mas foi dispensado pelo anterior Conselho de Administração, em Dezembro, deixando de ter qualquer ligação remunerada com o HDES em Março deste ano. Não se entende a que propósito é afirmado o que hoje foi afirmado, nos moldes em que nos é transmitido pelo jornalista.

Vamos a factos. O Dr. Mário Freitas é médico, consultor (assistente graduado) da carreira médica, ramo de Saúde Pública, sendo também delegado de saúde. Ensinou Epidemiologia e Saúde Pública na Escola de Medicina da Universidade do Minho, durante mais de 1 década. É ainda médico especialista em Medicina do Trabalho, integrando a direcção do Colégio da Ordem dos Médicos dessa Especialidade, e presta serviços ao HDES desde 2005, nessa qualidade (de médico do trabalho). Ora, nos termos da Lei (artigo 107 da Lei 102/2009) “a responsabilidade técnica da vigilância da saúde (dos trabalhadores do HDES, neste caso) cabe ao médico do trabalho”. No passado nem sempre assim foi, e há situações que aconteceram que estarão a ser analisadas por quem de direito. Com este CA, a Lei é sagrada.

Saliente-se que Dr Mário Freitas

colabora com o HDES desde 2005. Desde há 16 anos. Muito para lá das funções de médico do trabalho, prestou sempre apoio e trabalho nas suas outras áreas de especialização, nomeadamente na área da Saúde Pública.

Foi dele a ideia de, em 2009, ser criado o Serviço de Epidemiologia do HDES, por Despacho do Dr Anahory, um dos primeiros serviços desta natureza, a nível hospitalar, em Portugal.

Uma vez rescindido o contrato com a empresa através da qual o Dr Mário Freitas prestava serviços (tendo o presente CA informação que o anterior CA pretendia realizar um Ajuste com uma outra empresa, que oneraria o HDES em 5 vezes mais o custo deste serviço), e porque nos termos da Lei médicos autorizados para o exercício de Medicina do Trabalho só o podem realizar sob a Direção de um especialista, o Dr Mário Freitas aceitou fazer tal função de forma gratuita, em mais uma prova do sentido de dedicação e serviço que sempre deu aos Açores. De igual forma, e também como consultor a título gracioso, o Dr Mário Freitas tem colaborado com a UEC3IS, Unidade de Epidemiologia Clínica do HDES.

Acresce informar que não há qualquer remuneração, suplemento ou acréscimo aos membros da CTCovid19, e a forma como esta comissão tem dado resposta às centenas de pedidos de parecer corrobora o acerto na nossa decisão.

Junto anexamos o Despacho de criação da Comissão CTCovid19, a qual foi um compromisso da PCA na audição na ALRAA, prévia à nomeação do CA. Ou seja, o cumprimento de um compromisso efectuado perante os legítimos representantes do povo açoriano.

2. A Directora do Serviço de Endocrinologia e Nutrição, médica de elevado prestígio, foi nomeada em Fevereiro deste ano, por mérito pró-

prio e por se inserir na estratégia de aumento da produtividade encetada por este CA. O facto de ser familiar do novo Director Clínico é totalmente alheio à sua nomeação. O Director Clínico não teve qualquer influência na sua nomeação, que é da inteira responsabilidade do CA, e obviamente que a sua escolha não poderia ser prejudicada por isso, até porque o seu currículo fala por si. É triste ver um partido alinhar na calúnia pública por interesses particulares.

O Director de um serviço deve ser nomeado pelo conselho de administração em comissão de serviço, por um período de três anos, preferencialmente assistente graduada sénior ou, na sua falta, de entre assistentes graduados que manifestem notórias capacidades de organização e qualidades de chefia. A Dra. Isabel Sousa desempenha há 9 anos o cargo de Directora de Serviço da Consulta Externa do HDES, tendo merecido de várias administrações do HDES total confiança para o desempenho do cargo. Está envolvida na formação pré-graduada do Curso Básico de Medicina da Universidade dos Açores.

As suas capacidades de organização e chefia estão claramente demonstradas, nesse papel, tendo inclusive formação pós-graduada em gestão de unidades de saúde, o que a par da sua inquestionável capacidade no relacionamento interpessoal, nos leva a ter confiança de ser a pessoa melhor preparada para substituir um líder com o carisma e profissionalismo do Sr. Dr. Rui César.

Quanto ao facto de a nomeada não ser a médica mais antiga do serviço, não é propriamente uma tradição no HDES, exemplificado pelo próprio facto de a actual Presidente do Conselho de Administração do HDES ter sido nomeada Directora do Serviço de Hematologia, já em janeiro de 2013, não sendo a médica mais antiga do serviço. Outros exemplos existem no

HDES, EPER

A nomeação de Directores dos Serviços Clínicos é uma competência discricionária do Conselho de Administração do hospital, sendo que foi escolhida uma médica com a categoria de assistente graduado, não existindo nenhum médico com categoria superior, ou seja com a categoria de assistente graduado sénior (no serviço clínico em causa).

A proposta de nomeação da Dra Isabel Sousa não foi efectuada pelo Director Clínico, nem participou no debate desta deliberação.

Entendemos que as relações maritais não podem ser factor para tomadas de decisão no que toca a nomeações, mas também não poderão ser factor de prejuízo para a melhor organização do Hospital, dos seus serviços, e para a satisfação dos seus trabalhadores, o que se reflectirá no serviço prestado à população.

Os profissionais do HDES não se deixam amedrontar por acusações sem fundamento e insinuações do bom nome dos seus profissionais, e daqueles que com ele colaboram, por parte de ninguém.

A nossa missão é clara e destina-se a dar cada vez mais saúde aos açorianos.

Desde que este CA tomou posse, tem havido total transparência na sua atuação e na divulgação dos números que os refletem. Os actos contam mais do que as palavras, e este caso é bem exemplo disso. Na prática, verificamos que o BE se deixou embalar na campanha de desinformação e manipulação que tomou o HDES como alvo, nas últimas semanas.

Está, simplesmente, errado. Mas cada um é responsável pelo que faz, e as palavras ficam com quem as profere.

O nosso objectivo é outro: é o Povo Açoriano!”